

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EXCLUSÃO E MARGINALIZAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

Elenilda Sinésio Alexandre da Silva
Universidade Federal de Campina Grande - CDSA¹
E-mail: elenildasnésio@hotmail.com

Resumo: Diante do paradigma de desenvolvimento social, interação escolar e crescimento das oportunidades de participação na educação, a Educação Inclusiva vem garantindo um espaço cada vez mais amplo no contexto escolar. Hoje são inúmeros os programas voltados para a inserção dos alunos neste ambiente, basicamente com a mesma ênfase, proporcionar aos educandos a igualdade na diversidade. Porém, desigualdades em relação à pessoa com deficiência ainda são muito comuns nas sociedades capitalistas. Isso faz com que a compreensão da inclusão, escolar e social, exija uma mudança de mentalidade dos protagonistas do processo educativo. Esse trabalho busca, de forma teórica, ressignificar a figura do educador, chamando-o a uma nova prática, a da inclusão, observando processos educativos pertinentes à implementação e desenvolvimento de práticas sociais educativas, nas quais a inclusão escolar constitui-se em um direito de todos e de todas, cujas diferenças não sejam obstáculos ao sistema de ensino, mas sim com um atributo somatório que respeita à diversidade.

Palavras chave: marginalização, deficiência, diversidade e inclusão.

Summary

Given the paradigm of social development, school interaction and growth opportunities to participate in education, inclusive education has ensured an ever larger space in the school context. Today there are numerous programs for placement in this environment, basically with the same emphasis, students provide equality in diversity. However, inequalities in relation to people with disabilities are still very common in capitalist societies. This makes the understanding of inclusion, educational and social, requires a change of mindset involved in the educational process. This paper seeks, theoretically, reframe the figure of the educator, calling it a new practice, inclusion, noting pertinent to the implementation and development of educational practices educational social processes in which the school is included in a right of each and all of whose differences are not obstacles to the education system, but with an attribute sum respect for diversity.

¹ Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Campus Sumé

Keywords: marginalization, disability, diversity and inclusion

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é o resultado de inúmeros acontecimentos políticos, econômicos, culturais, sociais e educacionais. Esse novo desenho das relações sociais impõe às instituições escolares o desafio de repensar a educação superando sua condição de disciplinadora e normatizadora de indivíduos. No entanto, é importante ressaltar que a educação é um direito de todos, então “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou quaisquer outras” (UNESCO, 1990).

Para Marchesi (2004) criar escolas inclusivas requer muito mais do que boas intenções, declarações e documentos oficiais, requer que a sociedade, escolas e professores tomem consciência das tensões e organizem condições para criação de escolas inclusivas de qualidade.

Carvalho (2004) nos diz que a inclusão educacional exige que as dificuldades escolares sejam explicadas, não só tendo os alunos como foco, mas considerando-se as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas. Esse desafio implica uma nova ótica das necessidades educacionais, ou seja, é necessário olhar a pessoa com deficiência e levar em consideração não apenas suas necessidades, mas as necessidades das escolas, dos professores e de todos os recursos humanos que nela trabalham.

A Educação Inclusiva é um processo que envolve mudanças em toda a sociedade, por isso é um trabalho longo e desafiador. Mudar o contexto atual de uma hora para outra é impossível. Contudo, a escola inclusiva deve atender ao princípio de aceitação as diferenças, de valorização do outro e da convivência dentro da diversidade.

Pensamos que não basta receber tais alunos para a mera socialização, o que seria mais uma forma de exclusão, é necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos, para isso, torna-se primordial que o professor tenha uma prática reflexiva e fundamentada. Que busque capacitar-se, visto que somente a formação inicial pode não ser suficiente para o enfrentamento de questões tão sérias e por vezes difíceis de lidar. (BRASIL, 2001, p.77).



Diante desse contexto, esse trabalho busca refletir sobre as dificuldades enfrentadas acerca da inclusão escolar do aluno portador de necessidades especiais. Para tanto, nos baseamos em referenciais teóricos que abordam temas como marginalização, deficiência, diversidade e inclusão.

Nossa pretensão nesse estudo foi observar o discurso do professor que atua no ensino regular e aprofundá-lo, através de uma revisão bibliográfica. Daí, a grande questão é identificar suas concepções pedagógicas frente ao processo de inclusão escolar dos Alunos com Necessidades Especiais na escola.

Observar o contexto escolar e refletir sobre as desigualdades sociais, econômicas e culturais não é algo novo. Pois, os traços da marginalização social existem desde a implantação de um modelo escolar, onde a escola era apenas para meninos, e se concretiza nos dias atuais quando as instituições políticas e as políticas públicas não se propõem a cumprir o seu papel, de assegurar a todos, inclusive aos menos favorecidos e aos deficientes, o direito à educação básica.

Nesse modelo de marginalização social, somos fruto também de uma educação que discrimina, que privilegia apenas mulheres e homens considerados “perfeitos, bons e normais”. Neste sentido, Oliveira (2006) observa:

Platão em: A República, pressupõe que a diferença do gênero humano é inata porque os indivíduos possuem aptidões naturais. E essas aptidões determinam uma desigualdade natural. Os seres humanos não são iguais por natureza, porque nascem com disposições e habilidades diferentes para desenvolverem determinadas atividades (p.72).

Sendo assim, verifica-se que a inclusão, escolar e social, é um processo relativamente novo, que causa insegurança, medo e até mesmo resistência por parte dos pais, professores e alunos. Ora, ao proporcionar um ambiente escolar inclusivo, onde exista respeito às diferenças e a informação seja alicerçada no diálogo, o preconceito se dissolve. Do contrário, o processo inclusivo passa a ser apenas uma política pública mal sucedida.

Exclusão e marginalização escolar

Ao longo da história, homens e mulheres, foram marcadas pela dominação e resistência entre pessoas, grupos, comunidades e nações. Há séculos, o que tem prevalecido é uma minoria marginalizando, desqualificando e oprimindo uma maioria,

impedindo ou dificultando a possibilidade destes no exercício do ser mais, no contínuo processo de humanização (FREIRE, 1987).

Os traços da exclusão e marginalização social são claramente visíveis no tratamento que os deficientes recebem da sociedade. Sendo assim, vale lembrar que ao longo da história, os deficientes eram chamados de “defeituosos” e eram abrigados, inicialmente, por instituições de cunho religioso. Em seguida essa função passou a ser do estado, que em nome da inclusão, manteve os deficientes amontoados em abrigos, centros de recuperação, sanatórios, asilos e prisões, e de forma errônea, durante décadas esses espaços foram chamados de locais para reabilitação e integração. Na prática, entretanto, essas instituições não se prestavam a tais fins (CAIADO, 2003 RODRIGUES, 2006).

Mantoan (2003) relata que a história da Educação Especial no Brasil teve início no século XIX, quando um grupo de brasileiros inspirou-se nos modelos e experiências norte-americanas e europeias e se dispôs a organizar e implementar ações isoladas e particulares para atender pessoas com deficiência. Essas iniciativas não estavam vinculadas às políticas públicas, e só agora, um século depois, a prática da Educação Inclusiva está se tornando um componente essencial do sistema educacional brasileiro.

Esse processo de integração da pessoa com deficiência no ambiente escolar estrutura-se na eliminação das práticas segregacionistas. Contudo, observa-se que ao longo desse século, o preconceito aos deficientes continuou arraigado nas práticas educativas, muito embora de maneira mais sutil, uma vez que passou a ser substituído por um conceito de integração parcial ou temporal do deficiente em instituições especiais, sem que houvesse nenhuma preocupação com o seu desenvolvimento escolar e social.

Por décadas a Educação Especial se estruturou nos modelos assistencialistas e segregativos, ou seja, pela segmentação das deficiências, isso contribuiu para que a formação escolar e a vida social das crianças e jovens deficientes ocorressem em um mundo à parte.

Os serviços educacionais e a Educação Especial migram de um momento meramente assistencial para outro que prioriza os aspectos médico e psicológico de cada indivíduo. Apesar do leve processo evolutivo, as pessoas com deficiências foram expostas à discriminação e consideradas incapazes de trabalhar, estudar e se relacionarem socialmente, ou seja, levando uma vida como seres inúteis.

Do ponto de vista da normalidade, a sociedade elege como qualidades humanas a perfeição, os bens constituídos e os padrões econômicos. Mas, nesse padrão, onde se



encaixam as pessoas deficientes? Devem ser consideradas anormais, defeituosas e diferentes? Lima (2006) diz que não:

Normalidade exprime-se por sua sincronicidade histórica, regional, social, etc. Exprime-se por interesses e por atos excludentes. Considerar-se normal é considerar a existência de outros, cujos atributos diferem dos que você elegeu para a normalidade, ao fazê-lo, promoveu a exclusão dos que desses atributos não partilham, ou apenas não são considerados capazes de partilhar (p.61).

Garantir a educação para todas as pessoas portadoras de deficiência se constitui um processo muito novo em nossa legislação, daí a razão pela qual a escola ainda privilegia apenas aqueles considerados “normais e perfeitos”.

No entanto, para que a escola seja um ambiente de promoção de saberes faz-se necessário que ela deixe de ser preconceituosa e excludente e passe a valorizar a pessoa, seus saberes e suas conquistas.

Pensar no outro, no diferente, na diversidade, é pensar na possibilidade de conviver juntos, mesmo que no grupo possa haver a diferença. Nesse sentido, quando percebemos a possibilidade de conviver com as diferenças e, portanto, com a diversidade, vale salientar o que pensa Boaventura de Souza Santos (citado por BULGARELLI, 2004, p.7): “Temos o direito de ser igual quando a diferença nos inferioriza, temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

Esta colocação vem ao encontro do processo de inclusão que está sendo vivenciado nas escolas regulares – escolas que se veem diante da questão da heterogeneidade e da diversidade. Nesse contexto, cabe ao professor valorizar a diversidade existente em sua sala de aula, pois esta diversidade proporciona trocas de conhecimentos e habilidades, além de permitir o desenvolvimento de valores importantes no reconhecimento de que todos são diferentes, aprendem de formas diferentes e todos contribuem de alguma forma para construção social e histórica da realidade.

Ao referir-se à atuação do professor, pressupõe-se uma ação conjunta, com o envolvimento da escola, que disponibiliza os recursos necessários, bem como os apoios de equipe pedagógica, que lhe deem o suporte adequado para ensinar todos os alunos que compõem a heterogeneidade da sala de aula.

É nesse prisma político e ético, que se para frente à possibilidade de que através da prática social da inclusão na escola, e não apenas da frequência ou integração parcial neste ambiente, estudantes portadores de deficiência possam vivenciar processos educativos. Para que isso ocorra de fato, a inclusão escolar não pode estar fundamentada



no princípio da normalidade, onde as diferenças são empecilhos aos processos educativos.

É no ideário desse universo que se insiste como papel primordial do educador: romper barreiras, superar obstáculos, quebrar paradigmas, inverter os papéis conservadores que a escola têm cultuado, ressignificar a figura do educador, chamando-o a uma nova prática, a da inclusão, observando processos educativos pertinentes à implementação e desenvolvimento de práticas sociais educativas, nas quais a inclusão escolar constitui-se em um direito de todos e de todas, cujas diferenças não sejam obstáculos ao sistema de ensino, mas sim com um atributo somatório que respeita à diversidade.

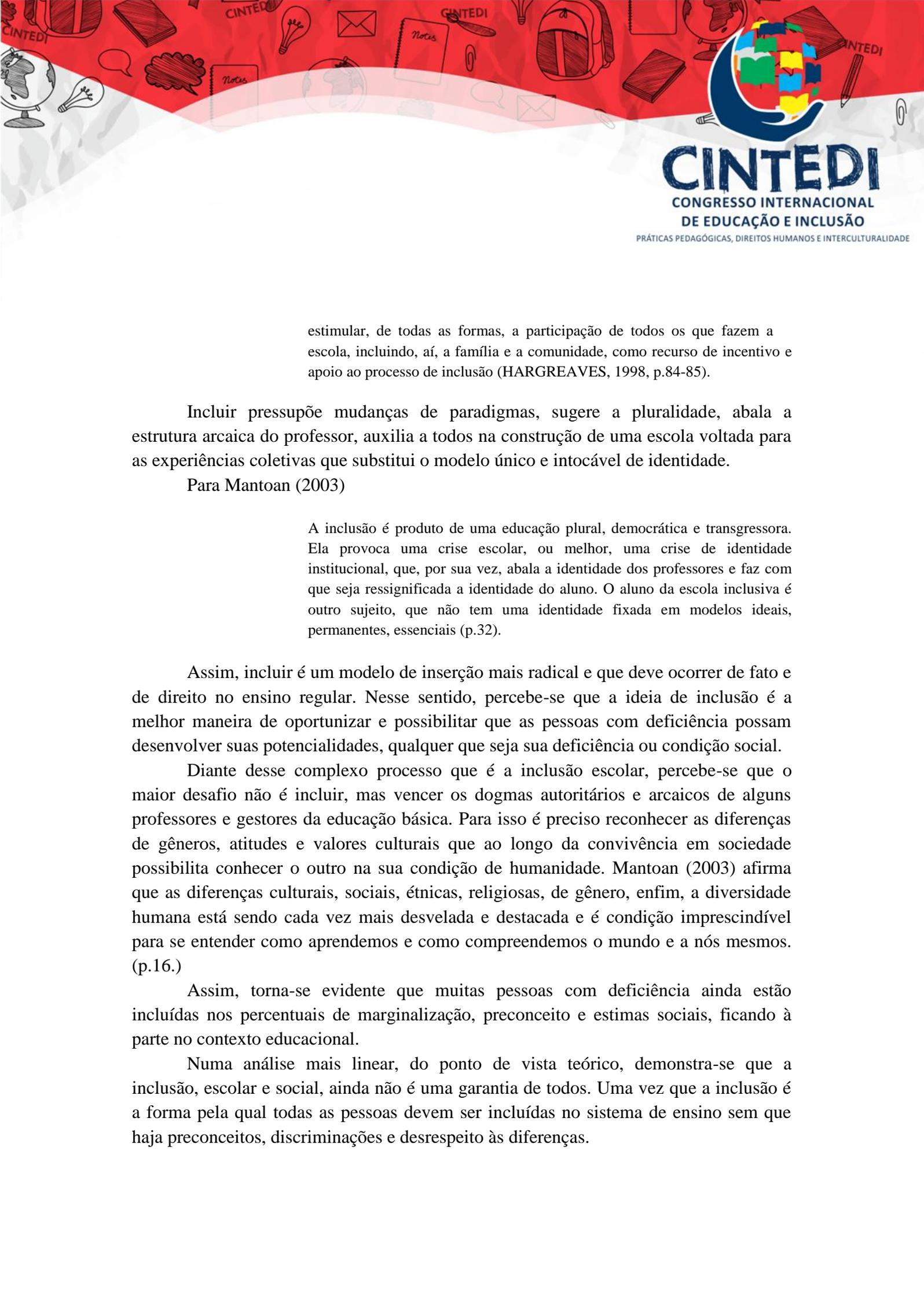
Uma escola realmente inclusiva possibilita que crianças e jovens deficientes possam não apenas frequentar o sistema educacional, mas também permanecerem nele, superando seus limites e vencendo obstáculos. Para Sasaki (1997, p.33) o processo de inclusão, é um processo de construção de uma sociedade para todos, e dentro dessa sociedade um dos direitos básicos de todo ser humano é a aspiração à felicidade ou, como outros lhe preferem chamar, à qualidade de vida.

Assim, a inclusão, escolar e social, não é uma forma de negação da deficiência. Muito menos uma política pública que busca negar as diferenças e a existência da diversidade. Pois ser diferente é ser dotado de possibilidades, potencialidades e saberes, conforme ressalta Lima (2006, p.62):

Não estamos negando a existência da deficiência, mas estamos negando que uma pessoa com deficiência seja deficiente. Não estamos negando que uma deficiência fuja do padrão de normalidade atualmente aceito, mas estamos negando a possibilidade de que, por conta dessa normalidade, se exclua pessoas com deficiência da sociedade. Também não estamos negando a existência das diferenças, porém estamos refutando a existência de “deficiências” menores.

Compreender a escola como um espaço de todos para todos, exige que ela possa ver a diversidade não como um problema, mas como um atributo somatório na construção de experiências inovadoras que façam todos os sujeitos do espaço escolar desenvolverem uma sociedade mais humanizada, onde o foco primordial seja o ser humano.

Fazer da escola um espaço de mudança é transformá-la numa comunidade educativa de partilhas de trabalho e de cultura, com o envolvimento efetivo de todos, no processo educativo comum da inclusão. Nunca será demais



estimular, de todas as formas, a participação de todos os que fazem a escola, incluindo, aí, a família e a comunidade, como recurso de incentivo e apoio ao processo de inclusão (HARGREAVES, 1998, p.84-85).

Incluir pressupõe mudanças de paradigmas, sugere a pluralidade, abala a estrutura arcaica do professor, auxilia a todos na construção de uma escola voltada para as experiências coletivas que substitui o modelo único e intocável de identidade.

Para Mantoan (2003)

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (p.32).

Assim, incluir é um modelo de inserção mais radical e que deve ocorrer de fato e de direito no ensino regular. Nesse sentido, percebe-se que a ideia de inclusão é a melhor maneira de oportunizar e possibilitar que as pessoas com deficiência possam desenvolver suas potencialidades, qualquer que seja sua deficiência ou condição social.

Diante desse complexo processo que é a inclusão escolar, percebe-se que o maior desafio não é incluir, mas vencer os dogmas autoritários e arcaicos de alguns professores e gestores da educação básica. Para isso é preciso reconhecer as diferenças de gêneros, atitudes e valores culturais que ao longo da convivência em sociedade possibilita conhecer o outro na sua condição de humanidade. Mantoan (2003) afirma que as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. (p.16.)

Assim, torna-se evidente que muitas pessoas com deficiência ainda estão incluídas nos percentuais de marginalização, preconceito e estimas sociais, ficando à parte no contexto educacional.

Numa análise mais linear, do ponto de vista teórico, demonstra-se que a inclusão, escolar e social, ainda não é uma garantia de todos. Uma vez que a inclusão é a forma pela qual todas as pessoas devem ser incluídas no sistema de ensino sem que haja preconceitos, discriminações e desrespeito às diferenças.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, os debates sobre a Educação Inclusiva ganharam destaque no cenário da Educação Nacional. Teóricos afirmam que as mudanças no sistema educação são o caminho mais adequado para que haja a efetivação de uma educação de qualidade para todos, não apenas garantidos pela legislação, mas como reconhecimento de que a exclusão e o preconceito ferem os direitos humanos.

Práticas pedagógicas adequadas garantem o acesso e a permanência de todos os alunos, inclusive os deficientes e os marginalizados socialmente. Para isso faz-se necessário que o professor se perceba como agente facilitador dos processos de aprendizagem. É preciso que ele compreenda cada aluno como um sujeito singular, com história e identidade própria, capaz de se construir através das relações sociais existentes no contexto social. O professor deve considerar que, além do que os olhos veem, existem possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, porém só se tornaram concretas na base da sua atuação. Cada aluno é capaz de superar-se, desenvolvendo-se plenamente, desde que lhes sejam ofertadas as condições necessárias.

A escola como palco da Educação Inclusiva, deve contemplar uma estrutura adequada, onde seja possível visualizar toda a riqueza de sua diversidade, possibilitando a heterogeneidade nas salas de aula, com grupos de diferentes níveis cognitivos trabalhando juntos apropriando-se dos conhecimentos historicamente construídos, como se fosse algo novo, que ganha sentido porque são capazes de relacioná-lo com sua vida, suas histórias e suas diferenças.

Esses aspectos, no entanto, constataam que a inclusão escolar é um processo novo, portanto ainda difícil de ser aceito. Em fim, incluir é despojar-se de preconceitos, discriminações, é aceitar as diferenças e respeitar a diversidade. Incluir é garantir espaços, abrir horizontes, respeitar o outro, o diferente, em síntese, possibilitar que todos possam mesmo sendo diferentes usufruir de direitos sociais, políticos, culturais.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BULGARELLI, Reinaldo S. A diversidade e a experiência de fazer juntos. Educador e diretor executivo da AMCE Negócios Sustentáveis. 2004.

- CAIADO, Kátia Regina Moreno. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos, 1º edição, Campinas SP, ed. Autores Associados: PUC, 2003.
- CARVALHO, Rosita Edler et al Educação inclusiva: com os pingos nos “is”, 4º Edição, Porto Alegre, ed. Mediação, 2004.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª edição, Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1987.
- HARVEAGRES, Handy. Os professores em tempo de mudança: o trabalho e a cultura do professor na idade pós-moderna. Lisboa: McGraw Hill, 1998, p.84-85.
- LIMA, Francisco José de. Ética e inclusão: o estatuto da diferença. In: Inclusão: Compartilhando Saberes. Petrópolis – RJ, ed. Vozes, 2006, pág. 5466.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (Col. Cotidiano Escolar).
- MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre : Artmed, 2004.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. A questão ética frente às diferenças: a problemática da ética da diferença e da exclusão social: um olhar dusseliano. In: Inclusão compartilhando saberes, Petrópolis – Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2006.
- RODRIGUES, David. Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva, São Paulo, ed. Summus, 2006.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão, constr uindo uma sociedade par a todos. Rio de Janeiro. ed. WVA, 1997.
- UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.